

A renovação da fisionomia arquitectónica de Lisboa numa tese do arquitecto Cottinelli Telmo apresentada à sessão de hoje da Reunião Olisiponense [Diário de Lisboa 20.10.1947]

I – Renovação da fisionomia da Cidade

Arq.º COTTINELLI TELMO

1 – *Justificação*

Na época presente a cotação do tempo útil baixou e as preocupações e trabalhos de que temos de dar conta multiplicaram-se. Os congressos, em geral, encontram-se desertos de matéria escrita, embora muito frequentados para aspectos turísticos. Com honrosas excepções – não é o caso! – as teses são muitas vezes substituídas por “improvisos”, que representam o desejo, julgamos que louvável, de respeitar um compromisso tomado.

Queremos dizer, afinal, que “improvisámos”; que este trabalho sem pretensões, falto de erudição e de panoramização histórica, não está com certeza à altura de uma “1ª Reunião Olisiponense”: é um apanhado de impressões e de críticas tiradas da bagagem das nossas locubrações diárias, uma coordenação apressada de alguns pontos talvez fundamentais do problema e de outros que saem do domínio elevado das generalidades para descerem ao campo comezinho do pormenor. Sujeito a falhas, naturalmente, algumas das suas “conclusões”, senão todas, não vão além do que está no espírito da maioria.

Os congressos, aliás, não são senão uma oportunidade para juntar, periodicamente, todas as verdades conhecidas e inscrevê-las numa folha de agenda, apenas para que não nos esqueçamos delas... E não nos esqueçamos?

O tema “Renovação da Fisionomia da Cidade”, prestava-se a uma sossegada subdivisão em numerosos temas parciais, a uma arrumação metódica destes por ordem de grandeza e, finalmente, a uma análise serena, bem fundamentada e discriminada, de cada um dos problemas focados, acompanhada de sugestões concretas para a solução. Não o fizemos porque não pudemos – nem poderíamos – As “flores” dos congressos, aliás, abrem na hora solene das inaugurações e murcham logo a seguir na prateleira dos livros que nunca mais se consultam...

2 – *Lisboa como é?*

O lisboeta parece-nos a pessoa menos indicada para apreciar Lisboa com isenção. Olhos habituados a olhar são olhos que não vêem, ou que vêem aquilo apenas que o coração sente e a imaginação quer. Olhamos para o bairro onde decorreu a nossa infância e todas as pequenas misérias nos enternecem; passamos diariamente ao lado de belezas arquitectónicas e seguimos indiferentes porque já não nos impressionam!

Se acompanharmos o estrangeiro que visita a Cidade admiramo-nos dos seus comentários: se se extasia diante disto ou daquilo, olhamos procurando aprofundar os motivos do êxtase; se critica desfavoravelmente o que nos parece bem, revoltamo-nos interiormente sem querermos encontrar explicação para essa crítica talvez justa. E se o mesmo estrangeiro, sob domínio de uma primeira impressão – primeira e certa – tem uma frase síntese para

Lisboa, ou lança os fundamentos de uma lenda, adoptamos uma e outra e passamos a fazer a sua publicidade, quase convencidos de que fomos nós os seus autores.

Para os lisboetas que vivem habitualmente em Lisboa, a Cidade dificilmente pode ser uma “imagem-síntese”, como para os que vêm de fora: é um aglomerado de sensações e de sentimentos pré-estabelecidos; de inferioridades douradas e de belezas banalizadas; de zonas vivas a que anda ligada a história dos altos e baixos da nossa vida quotidiana; de zonas mortas, por menos frequentadas ou até ignoradas, cemitérios de vagas recordações e de saudades apagadas. Certa rua triste pode parecer-nos alegre, apenas porque contém um episódio um episódio agradável ou um momento feliz da nossa vida; um bairro claro e alegre pode causar-nos aversão, pela evocação de um incêndio a que nele assistimos em criança, pela evocação de um crime célebre cometido numa das suas ruas.

A Cidade aparece-nos sempre com surpresa quando andamos pelo estrangeiro e voltamos um dia. É quase o efeito de uma primeira impressão. Boa altura seria essa para escrevermos estas linhas!... A dificuldade referida, aliás, pode não ser senão um caso pessoal...

3 – Lisboa vista pelos estrangeiros

Para o estrangeiro, Lisboa é uma Cidade limpa (comentário unânime!) onde há um Tejo admirável, com fragatas que lhe lembram caravelas e varinas que acumula de belezas físicas e seduções várias. É a “ville aux mille couleurs”, o Terreiro do Paço e a Baixa, a Sé e o Castelo, a Torre de Belém e os Jerónimos. É a capital de País cuja História ele ignora, sem ignorar que existiu um Vasco da Gama e que fomos um povo de navegadores.

É também um País de garotos que pedem dinheiro – servindo-se de locuções mais ou menos inglesas – de pregões cantados, de vendedeiras que equilibram pequenas hortas sobre a cabeça e de passeios com desenhos feitos com pedras pretas e pedras brancas.

Entre a “espada” de certos princípios de decência e a “parede” da publicidade turística, talvez a Municipalidade hesitasse entre o calçar a varina e o deixá-la descalça; o condenar ou manter o direito de estender roupa às janelas de certos bairros; o arrazar ou promover uma larga cultura da palmeira, esse repuxo vegetal que os artistas modernos repuseram na berlinda e onde o estrangeiro – e nós próprios, também – vê sugestões de Oriente na “Capital do Império”...

Vem um e diz: – “Faltam os grandes estabelecimentos”... Outro horroriza-se com o chegar lá acima aos pontos altos. Quería mais ascensores, funiculares. Outro assusta-se com a velocidade dos táxis... Reclama este mais “dancings”; aquele quer restaurantes e hotéis à beira do rio. À noite, uns divertem-se com o “fado”, nos recintos próprios; outros não sabem como se hão-de desaborrecer...

O tema proposto deveria, porventura, ser tratado por estrangeiros – quando mais não fosse para ajustarmos os juízos próprios à custa dos juízos deles, dos seus critérios e maneiras de ver com outros olhos virgens de preconceitos.

4 – Lisboa vista por nós, e por alto

Lisboa – vista do Tejo – é uma cidade acidentada e pitoresca a que um rio admirável dá a aparência de ilha feliz. Acentuada aqui e ali por monumentos que confirmam sem alarde um passado glorioso, manchada pelo pardo e pelas “mil cores” do casario antigo; pela claridade e pelo “cor de rosa” de muitas das novas construções, junta a solenidade discreta à humildade enternecedora. Desprende-se dela uma irradiação de camaradagem fácil entre o que é rico e o que é pobre, de nobreza sem altivez e de plebeísmo com dignidade.

Vista por dentro é barulhenta e sossegada, activa e indolente, sinistra e radiosa, e há nela de tudo: “grande” e “pequeno”, bom e mau, “bonito” e “feio” – exactamente como em todas as cidades do Mundo! E há ainda mais tudo aquilo que a torna diferente, inegalável, única.

Quando olhamos para ela do rio, sentimos que lhe faltam zonas verdes; que no seu contorno devia haver o recorte de alguns belos monumentos e edifícios do nosso tempo; que a fórmula de “trazer Lisboa ao Tejo” – ressuscitada no tempo do Ministro Duarte Pacheco – foi esquecida; que por isso mesmo a Avenida da Índia continua desguarnecida e a Praça do Império há-de acabar por perder-se, quando – demolidos os pavilhões que ficaram da Exposição do Mundo Português e em vez da substituição destes pelos grandes edifícios previstos – a relva, os barracões provisórios de todo o género e os “campos de futebol” se apoderarem da região.

Todos nós desejaríamos que a Torre de Belém fosse de vez desafogada – dando-se execução ao plano previsto de protecção e embelezamento – e se não é possível a mudança da Central Tejo, se não é possível criar uma sequência arquitectural magnífica – ao longo do rio, esperemos que as obras e o apetrechamento do Porto de Lisboa possam emprestar à fisionomia da cidade aquele ar de progresso e de actividade que não deixam de ter a sua beleza própria.

Parece-nos que os urbanistas municipais deviam, de vez em quando, fazer um passeio pelo Tejo, como pintor que recua uns passos para abranger melhor o conjunto da obra...

Vista por dentro, Lisboa tem todos aqueles encantos que lhe conhecemos e tem ganho, de há quinze anos para cá, alguns conjuntos monumentais, novos edifícios equilibrados e sólidos, ruas amplas e arejadas, e cuidados dignos de uma cidade civilizada.

Quando a “educação” não atinge o grau desejável, ainda tomba de certas janelas – a horas mortas, com um baque surdo – o lixo empacotado em jornal; ainda se usam liberdades de linguagem na via pública e se riscam a giz ou a carvão, as paredes dos prédios e as “carrosseries” dos automóveis; quando o Progresso veio tarde, disfrutamos dos melhores eléctricos e taxis de todo o Mundo!...

Com todas as suas grandezas e misérias, porém, Lisboa é nossa e há que olhar para ela com amor – na severidade ou na indulgência, na solução conciliatória ou radical – sem nos abandonarmos à contemplação – que é paragem, à hesitação – que é falta de coragem – nem a uma actividade que não seja, sempre e através de tudo, *construtiva*.

5 – De que se compõe a “Fisionomia” de uma cidade e o que entendemos por “Renovação”

A fisionomia de uma cidade não depende apenas dos seus aspectos estéticos, das belezas naturais ou das criadas pelo Urbanista e pelo Arquitecto; depende do factor humano que nela vive, da maneira como se apresenta e se comporta, do respeito que manifesta pelo seu semelhante e por si próprio.

Ver uma cidade através de uma série de instantâneos fotográficos é como pretender identificar um indivíduo através do velho e mau retrato do seu cartão... de identidade! Fisionomia não envolve apenas *feições*, mas também *expressões*. A dignidade arquitectónica de uma artéria não pode resistir às indisciplinas do trânsito, às telefonias e vendedores gritando, aos cartazes colados a esmo nos edifícios, ao mau gosto das montras dos estabelecimentos.

Parece, portanto, que nos propósitos de renovar a fisionomia da Cidade, há que contar, fundamentalmente, com a acção do Artista e com a do Educador. Ao primeiro compete o imaginar e criar beleza; ao segundo o promover a compreensão e respeito pela obra do primeiro e o levantar o nível do bom gosto, da civilidade e do civismo.

Renovar a Fisionomia da Cidade não quer dizer refazê-la em todos os seus aspectos, mas melhorá-la no que puder ser melhorado, e estudar, sob directrizes progressivas, o que está por fazer.

Cada época deixou a sua marca na Cidade – e não a deixou apenas nos edifícios e monumentos que lhe correspondem: ficou impressa nas soluções urbanísticas adequadas a outros modos de vida, a outros meios de transporte, a outra densidade de população.

A primeira municipalidade a quem foi proposta a abertura de caminhos subterrâneos para a passagem de um metropolitano deve ter ficado aterrada e hesitante... A rotina pesa tanto no mecanismo do nosso raciocínio, que o caminho mais curto entre os dados de qualquer problema e a respectiva solução é uma linha curva, que toca o ponto intermédio do habitual, do estabelecido, de tudo o que outros fizeram antes de nós.

Porque não hão-de ser acolhidas com entusiasmo, senão até *provocadas*, todas as tendências de *inovação*, tanto no campo urbanístico como noutros?

Lisboa oferece problemas difíceis de trânsito e comunicações que mereciam um esforço – dos técnicos e dos artistas que não faltam – tendente a encontrar o segmento de recta que tenha por origem a noção exacta do que se quer e por extremidade a solução directa que se impõe. O conceber esta diz respeito ao génio inventivo, técnico e artístico; o realizar, às possibilidades orçamentais da Municipalidade e ao seu espírito de iniciativa – mas não só a estes!

Muitas vezes uma solução apresenta-se tão *fácil de dizer* como parece *difícil de pôr em prática*; parte desta dificuldade, porém não diz respeito à Economia, nem à Técnica, nem à Arte: não é senão um temor das barreiras frágeis que se antepõem ao visionador: – “Não é o costume... Não ficaria bem... Nunca se viu... Nunca se fez!?”...

Cortar a Cidade de passagens aéreas para veículos, para peões ou para ambos, não é sequer uma visão à Júlio Verne ou à Wells; é tudo quanto há de mais corrente, e velho, até: já no fim do século passado o engenheiro Raul Mesnier propunha a construção de uma construção de uma ponte metálica que ligasse S. Pedro de Alcântara à Graça, naturalmente sujeita a taxas de portagem para amortização do custo, taxas que parece terem caído em

desuso entre nós, mas que são tão legítimas como as que se pagam para estacionamento de automóveis na praça pública.

6 – *Espírito inovador e respeito pelo Passado*

Espírito inovador não quer dizer espírito de *irreverência* nem de *destruição*.

Os bairros de Alfama, Bairro Alto e Mouraria, e outros, representam um capítulo de História, uma secção do museu vivo que é a Cidade. Destruí-los é, à primeira vista, um pouco como renegar o Passado, fazer desaparecer os elementos de confronto que enaltecem o progresso dos nossos dias; é uma atitude até certo ponto, anti-artística, mas pode ser também... uma atitude humanitária!

Os ingleses souberam “dar uma volta” espirituosa às infelicidades que lhes trouxe a guerra, declarando que, “felizmente”, só assim se tinha tornado possível a solução de vários problemas urbanísticos, inadiáveis. Queira Deus que os nossos se possam resolver de outra maneira, por nossa própria vontade e decisão e não... involuntariamente!...

Respeitar os ambientes e as peças de carácter histórico, artístico ou pitoresco é próprio do homem bem formado; muitas vezes, porém, é necessário transigir, ainda que com sacrifício, perante a urgência de problemas vitais para a Cidade: o génio inventivo esgota-se e canaliza-se para uma solução que parece ser a única possível e que obriga à demolição parcial ou total desses valores. Posto de pé o dilema – conservar ou demolir? – a resposta não pode ser eternamente “adiar”. O apego às coisas antigas é muitas vezes exagerado e não pode viver apenas no campo do sentimentalismo, país estrangeiro em relação ao campo das realidades. Se os poetas da Arqueologia e os comerciantes do Turismo fossem obrigados a viver, durante um ano, em certas casas desses bairros “tradicionais”, acabariam por deixar de fazer versos e escolheriam outro negócio, apoiando o radicalismo de certas soluções urbanísticas mais humanitárias que líricas.

Lembram-se as conclusões que se chegou no congresso Luso-Espanhol da “Federación de Urbanismo y de la Vivienda”, realizado este ano em Lisboa e a que os jornais deram a devida publicidade.

Não queremos enunciar, senão de fugida, o problema da Baixa, mas estamos certos de que alguém, depois de nós, acabará por tomar, a seu respeito, decisões corajosas, porventura emanadas não apenas das autoridades municipais mas de um conselho que reúna, além delas, um número suficiente de artistas e técnicos idóneos, capazes de assumirem responsabilidade perante a opinião pública.

7 – *Integração dos elementos novos no Conjunto*

Quer melhorando o existente, quer criando de raiz – e especialmente neste último caso – verifica-se que, em geral, os elementos modificadores da fisionomia da Cidade nem sempre são apreciados à luz de um “efeito de conjunto”. Levantam-se novas construções e olha-se apenas ao seu *valor absoluto*. Quanto ao relativo... tudo é questão principalmente de *cércea*! O quarteirão cresce e a cada nova construção que se junta às existentes e vai criar a perspectiva de uma artéria nova, o cuidado é a *cércea* – não vá ela exceder em vinte centímetros a construção vizinha ou fazer perder o ritmo dos “degraus” estabelecidos, se a

artéria tem declive. Isto quanto ao aspecto das “fachadas”. O principal é o caso particular, não é o caso geral. Como a Cidade é acidentada, esse novo elemento não é apenas visto da artéria com que confronta mas também dos pontos altos e baixos: da Graça, do Tejo, do Castelo. Assim se descobrem “trazeiras” que nem sempre oferecem o aspecto cuidado em vista de outras visibilidades de que se não suspeitou ou não se fez caso; assim, em contra-partida, as trazeiras de certo prédio das Trinas, vistas do Tejo, dão foros de arranha-céus ao edifício, claro e tão bem ritmado de aberturas que parece obra de premeditação.

Cada nova construção ou grupo de construções pode criar perspectivas felizes ou infelizes, recortes desejáveis ou indesejáveis, segundo o ponto de vista onde nos coloquemos.

8 – As “trazeiras” dos prédios e os interiores dos velhos quarteirões

O princípio de atirar para as fachadas posteriores com as cozinhas, casa de banho e outras divisões secundárias é causa que contribui para estragar o panorama da Cidade. E o erro está na sistematização deste princípio, não que ele não seja em geral o mais aconselhável.

Os cuidados com as fachadas principais nem sempre são empregados no estudo das posteriores, e a ter que voltar, para a “rua principal”, essas divisões a que chamamos secundárias, nada impede que o tratamento das fachadas – entregue ao arquitecto consciencioso e não ao amador que o não é nem possui os recursos do primeiro – em vez de afectar a rua principal, como afectava o panorama da Cidade, venha a produzir até um efeito arquitectural inédito, dando aos moradores do prédio um disfrutar de vistas e uma exposição que de outro modo não gosariam.

O desenvolvimento da construção nestes últimos anos e o amontoar de problemas municipais devem ter mostrado a insuficiência, em número, dos técnicos da Câmara a quem compete a análise destes assuntos. Longe de nós a ideia de atingir aqueles por qualquer maneira.

Outro aspecto que prejudica o panorama geral da Cidade é o do interior dos velhos quarteirões, onde as gaiutas de pias, as manilhas de grés ramificando-se e retorcendo-se até ao respirador final, os saguões exíguos, atravancados e sujos, impõem a necessidade de um saneamento que importa tanto à estética como à saúde pública.

9 – A preocupação da “cércea” e a monotonia regulamentada

Falámos atrás da preocupação da *cércea* ou bitola de altura das construções citadinas: nada mais conveniente... nem mais inconveniente. É conveniente quando visa o combate à desordem; inconveniente quando força a monotonia, por uma aplicação rígida que não olha a possíveis excepções nem admite a possibilidade de disciplina dentro da irregularidade concebida como *partido de composição*.

Se o Acaso é Artista, por vezes, e nas suas criações de “desordem equilibrada” nos dá belos temas panorâmicos – e picturais! – não se deve, evidentemente, deixar ao capricho e livre arbítrio de cada um a determinação de altura do edifício que vai construir. A regularidade, a uniformidade, o ritmo são aconselháveis nos conjuntos onde se requiere efeito de monumentalidade, mas esta também se pode conseguir com a alternância ritmada de motivos

diferentes em altura, com a simetria de massas irregulares e por muitas outras formas de *composição* que constituem o segredo dos artistas da Arquitectura e da Urbanização.

Criar um recorte particular para cada artéria seria tão pretencioso como exigir que todas as praças e pracetos tivessem ao centro, obrigatoriamente, um monumento; o que parece falta de maleabilidade e de compreensão é estabelecer que não possa existir numa rua um acidente arquitectónico que saia da *cércea*, quando o estudo desse acidente tenha sido feito por quem de direito, no sentido de criar uma “diversão” perspectiva, uma acentuação de qualquer incidente de planta.

Os prédios das Avenidas da Liberdade e da República oferecem o espectáculo de irregularidade de *cércea*. São os renques das árvores e as copas destas que vêm estabelecer uma compensação, o atenuar de um efeito que seria talvez pior se elas não existissem. A primeira artéria tem sido alvo de conjecturas em suspensão...

Fala-se em estabelecer uma *cércea* geral mais alta e em procurar a regularização dessa *cércea*, obrigando os proprietários dos prédios mais baixos a altura média com arranha-céus mais ou menos ambiciosos.

Analisada a questão por alto – apenas no que diz respeito ao aspecto visual e não aos embaraços de outra ordem que as soluções propostas ou imaginadas possam acarretar – parece-nos tão *impraticável* a regularização dos prédios para uma nova *cércea* como *acanhado* o critério que põe ponto final à hipótese da criação de novos recortes, pelo menos enquanto um estudo consciencioso do problema não demonstrar o contrário!...

Lembremo-nos – para exemplo e justificação do adjectivo “impraticável” – do fracasso das tentativas de repor na aparência primitiva as fachadas do Rossio e de “pombalinizar” as dos estabelecimentos da Baixa.

Quanto ao aspecto “alturas” parece-nos, e já o dissemos atrás, que Lisboa precisa de construções que saiam da bitola corrente, não por espírito simiesco de “americanizar”, mas porque certas zonas mais próximas do centro poderiam talvez condensar, nessas construções, muitas instalações particulares e sobretudo officas, que andam dispersas e carecem, de facto, de estar perto do coração da Cidade. Seriam ainda uma resposta do Homem ao relevo natural de Lisboa; amenizariam o recorte geral, da mesma maneira porque, nos parques, se combinam os fusos dos ciprestes com a esfericidade usual das copas de outras árvores – e, vamos lá, dariam nota das possibilidades nacionais em matéria de construção.

10 – Expressão arquitectónica das novas construções

A expressão *arquitectónica* dos edifícios a construir no nosso tempo constitui assunto de grande importância que não pode nem deve ser tratado de ânimo leve. Se se presta a discussão e apreciações que passam – e a Terra continua a girar! – é muitas vezes objecto de julgamento que constituem uma verdadeira vergonha, pelo que representam de inconsciência por parte de alguns dos seus juízes – menos indicados para julgar – e pelo desprestígio que acarretam para os Arquitectos, legítimos defensores dos segredos da sua profissão, legítimos juízes, por isso mesmo, da obra de Arquitectura.

A crítica não pode deixar de ser livre e o dizer coisas sensatas ou tolices, interessa ou desinteressa e pode, de facto, forçar a um exame de consciência de resultados benéficos para

o Arquitecto. O que não é possível é admitir que a Arquitectura dos nossos dias possa ser *comandada* ao sabor de frases feitas, posturas ou leis que seriam mais vantajosamente substituídas pelo *exemplo* de arquitectos que conseguissem realizar o impossível de serem profetas no seu tempo – para determinarem aquilo a que resiste ao Tempo e à Crítica – e de encontrarem uma fórmula de uma Arquitectura *assim* ou de uma Arquitectura *tal*.

Uma coisa parece dever respeitar-se, não só através de *aparências* mas também em *profundidade*: o anseio por parte dos arquitectos novos de criar expressões arquitectónicas novas, quando a originalidade não seja obtida à custa da extravagância ou do destempero, com a quebra do bom-senso e da discrição que devem andar aliados a seriedade, mas seja fruto de uma tendência natural que nada tem a ver com internacionalismos políticos mas com o internacionalismo da linguagem arquitectónica, que, na sua essência, é e sempre foi igual em todas as partes do mundo.

Escreve quem tem perto de trinta anos de vida profissional e não encontra na sua fraca obra senão motivos de desilusão! E a causa não é senão uma: ter consentido em transigir com os outros; não ter sabido *lutar*!

Como se não bastassem as restrições que nos impomos a nós próprios – receosos de um passo em falso, de cair na *moda* que passa – topam-se a todo o passo com críticas que estão longe de ser idóneas, críticas que ordenam mais um *enfeite* para a fachada – onde ela apresenta a eloquência de uma superfície lisa – que pedem mais molduras, “*um bocado mais de Arquitectura!*” como se isto de “fachadas” e de Arquitectura fosse coisa que se medisse a palmos ou a litros e se solicitasse ao balcão com um sorriso de contentamento e um estalo de língua.

A constituição de um Conselho de Arquitectura – ideia que não é nossa mas que apoiamos inteiramente¹ – impunha-se para julgar a obra nova. Nele figurariam elementos melhores ou piores, mais ou menos avançados, mas tudo se passaria entre “oficiais do mesmo ofício” num tribunal onde juízes e *reus* se encontrariam à vontade e se entenderiam certamente bem, por falarem todos uma linguagem comum.

A história dos últimos 15 ou 20 anos de Arquitectura cidadina está à vista e há-de fazer-se com mais vagar, documentada e criticada com imparcialidade. Não se encontra nela, em geral, nada que envergonhe ou desprestigie a Capital nem os arquitectos, e se algumas tentativas de *comando* foram feitas, talvez elas tenham dado este resultado desnordeante: não agradarem nem aos *comandados*... nem aos comandantes!

A criação de uma *expressão arquitectónica lisboeta ou nacional* não pode ser feita por análises de laboratório ou utilizando formas matemáticas onde *X* representa o beirado, *Y* o cunhal de cantaria e *Z* a janela de guilhotina. A *imitação* ou a *interpretação* do chamado “tradicional” parece que só devem ter lugar em casos particulares que pedem *harmonização* entre uma sequência arquitectónica destinada a perdurar e onde a obra nova pudesse aparecer como espectador de casaca em plateia onde os outros espectadores estão vestidos com traje de passeio. Este espírito de harmonização parece-nos, aliás, muito menos revolucionário que o daqueles que, ao ampliarem a Universidade de Coimbra – não me ocorre um exemplo lisboeta – iam deixando impressa, nesse todo em crescimento, a expressão arquitectónica própria da sua época!...

A mesma razão que faz descreer os filólogos da possibilidade de unificar as línguas, através de um Volapuk ou dum Esperanto que, com o decorrer dos tempos, passariam a ser

falados de maneira diferente, serve para explicar o fenómeno do *nacionalismo* em Arquitectura. Não importa que o ponto de partida seja o mesmo: só o Tempo fará com que a obra dos arquitectos portugueses venha a distinguir-se da dos suecos ou turcos, por experiências sucessivas, por desvios sucessivos, *naturais* e não provocados, por diferenças *naturais* de sentir e de ver, por mil e um factores que diferenciaram o gótico inglês do italiano, o “barroco” português do alemão.

O resto é só coragem de *exprimir* com clareza e sinceridade, por parte dos arquitectos, e um esforço de compreender e *aceitar*, por parte daqueles que tenham que julgar a sua obra.

11 – A cor da Cidade

Já anteriormente falamos de *Cor da Cidade* e do atractivo turístico que ela representa, sobretudo para os estrangeiros. Casas caiadas a branco e a oca, casas azulejadas, casa pintadas a sangue de boi, a rosa e anil, estão de facto na tradição de Lisboa. Nestas casas antigas – com cunhais, emolduramento de janelas e portas, faixas e cornijas de pedra – as cores, mesmo as mais fortes, aparecem atenuadas pelo tom claro das cantarias e o efeito geral da fachada não é uma chapa de cor, uniforme como fundo de cartaz, onde se abrem buracos de janelas e de portas que mal se vêm a distância: a cor geral de fundo é subdividida em zonas que as cantarias debruam: a cor dos aros dos vãos aviva a separação entre a tonalidade dos guarnecimentos de pedra das janelas e o branco dos caixilhos e, numa palavra, no jogo de linhas e de planos da fachada, a cor intervém como elemento que anima e facilita a *leitura* desta.

Saltemos deste exemplo para o de um prédio de Belém, à esquerda dos Jerónimos e recuado em relação à fachada do mosteiro: há anos que o vemos pintado uniformemente de azul, um azul escuro inconcebível que cai no ambiente como bomba atómica de efeitos hilariantes. É uma construção rectangular a que se encosta um corpo semi-cilíndrico, construção de tendências modernas que o pintor mergulhou numa lata da tinta azul e pôs a secar ao sol, para reduzir a mão de obra e ganhar tempo.

A aplicação da cor numa fachada tem de ser condicionada ao seu carácter arquitectónico e os próprios processos de pintura não são indiferentes se quisermos conservar, para as construções antigas, a tradição da cor.

As caiações e as têmperas não podem ser substituídas por tintas de óleo brilhantes e esmaltes, sob pena de cair numa caricatura da tradição; nem a determinação “pinte-se de azul!” pode dar o azul! que se pretende – o azul “tradicional”. Isto quanto às casas antigas.

Lembramo-nos que, há uns anos, quando a Câmara desejou fazer a reposição das fachadas do Rossio, ordenou que estas fossem pintadas a oca amarela... e cada prédio passou a ostentar o seu *tom* de amarelo, sem que tivesse sido possível a uniformização! Todos sabemos, aliás, quanto é difícil, através de uma pequena amostra, imaginar o efeito da cor numa grande superfície.

O problema, porém, não está essencialmente nesta dificuldade, aliás solúvel, nem podemos deixar de prestar justiça aos esforços feitos pela Câmara Municipal de Lisboa que, para o efeito, tem contratado artistas pintores.

A *cor* representa um papel importante na fisionomia das Cidades e nega-la seria como que pedir ao sol que se apagasse e à Central Tejo que deixasse de funcionar. Mas a cor é uma coisa e *cores*, outra.

Porque o estrangeiro determinou que Lisboa era a “ville aux mille couleurs” não podemos fazer disto “uma obrigação” esforçando a imaginação dos coloristas a encontrar sequências de cor agradáveis para os prédios modernos de uma rua: este, verde; aquele, rosa; o outro, palha; o seguinte azul... – Nem fazer de uma rua, que podia apresentar-se discreta, um mostruário de droguista.

Dissemos prédios *modernos* e voltamos a um ponto abordado anteriormente. Há fachadas que, pelo seu carácter arquitectónico, não se prestam ao emprego de cores violentas ou de qualquer cor: vivem de uma grande simplicidade de planos e de linhas, de uma abstenção de emprego de cantarias, e o seu *ar construtivo* pode perder-se com a aplicação de uma cor que lhe empreste aspecto de caixa de chocolates e dê, ao betão ou alvenaria das suas paredes, fragilidade de papelão ou de envólucro de celofane bonito.

Estamos de acordo que se mantenha o colorido variado das fachadas da parte velha da Cidade e não negamos a necessidade de cor nas construções modernas; mas nem a Costa do Castelo nos parece obrigada à uniformidade do amarelo de quartel, nem os edifícios das novas ruas citadinas precisa de evocar a aldeia saloia, com soco e cunhais pintados a anil.

12 – Os parques, os jardins e os monumentos

Não temos coragem de insistir na fórmula de “os pulmões da Cidade”... Sim, são isso, todos o sabemos. Se alguma coisa nos dá gosto dizer, acerca de parques, é que parece que foi ontem que se plantaram uns milhares de gravetos que mal se viam e hoje Monsanto não está longe de ser uma grande realidade. Semear hoje para que alguém possa colher um dia. Daqui a vinte anos, alguns milhões de portugueses hão-de recordar com gratidão o nome de Duarte Pacheco!...

Tudo quanto seja poupar zonas arborizadas e jardins existentes da fúria do negócio de terrenos, parece medida saudável e prudente, tal como ir prevendo nas zonas a urbanizar, clareiras onde haja árvores, relvados e jardins.

Dos jardins de Lisboa pouco há que dizer senão bem. Deles desapareceram os canteiros complicados de outros tempos, com formas estranhas saídas do improviso sem preparação de qualquer jardineiro, os excessos de acácias de “cabeleira espetada em pau” e a misturada sem nexo de espécies florais que obrigavam continuamente a renovação, dando aos jardins a aparência de não estarem nunca acabados.

Aparecem já hoje ciprestes, choupos e outras árvores que pareciam banidas e, nos pequenos pormenores de bancos, sebes, vedações e outros, nota-se a intervenção do artista e não do “curioso”.

O problema do custo da conservação obrigará por vezes à insistência na cana índica e na sardineira, e ao recurso dos grandes relvados. Que importa? É uma nova escola que se cria; uma nova tradição em matéria de jardins.

A ideia de espalhar por estes monumentos que evocam poetas, escritores e artistas mortos não é, em princípio, senão louvável; o que parece necessário é procurar a maneira

“airosa” de o fazer, de modo a que não haja excesso de cabeças e bustos pousadas em pedestais, de lápides, elementos geralmente tão difíceis de “defender” quando ao seu valor estético é inferior e, para mais foram oferecidos pela Associação ou pela Comissão de tal.

Os monumentos! – outro problema. A opinião pública está demasiado agarrada à ideia de comemorar teatralmente, isto é, com “mau teatro”, para poder aceitar a sobriedade arquitectónica e escultórica dos bons. Depois aparece aquilo que sabemos e que faz perder a vontade de comemorar. Em não havendo gesticulação, berros, mortos e feridos, não há monumento capaz! Nada disto, porém, tem que ver senão com a prudência dos artistas que concebem e com a educação dos que apreciam.

Ainda está para aparecer, em Lisboa, um monumento comemorativo digno deste título e da nossa época. Se alguma grande satisfação nos conforta, neste capítulo, foi a de termos concorrido para que não se construísse definitivamente, o monumento ao Infante D. Henrique que figurou na Exposição de 1940 – obra admirável de escultura, sim, mas que no seu todo e na nossa opinião não podia ter senão uma duração efémera como o momento que ele animou... “teatralmente”!

13 – Os elementos da Rua

Os elementos acessórios da Rua são um índice de bom gosto ou mau gosto na fisionomia das cidades. Às vezes parece que passam despercebidos, mas acontece com eles o mesmo que à “música de fundo” dos filmes de cinema: se é boa, não damos por ela; se má, sobrepõe-se à acção e às palavras e destrói tudo.

O candeeiro de iluminação, o marco postal, o sinal de trânsito, a taboleta comercial, o marco fontenário – podem ser elementos perturbadores da fisionomia das cidades, ou, pelo contrário, constituir uma pontuação agradável que tem nelas o valor dos “sinais de beleza”.

Uma descoberta, parece que feliz sob o ponto de vista da técnica de iluminação, deu lugar à fabricação em série e à venda por todo o mundo de uma armadura especial que o vulgo alcunhou de “nabo”: com ele se iluminaram, indistintamente, o Terreiro do Paço, o Arco do Cego e... o Convento de Mafra, também!... E isto não se passou apenas por cá, mas por toda a parte. Os técnicos e artistas nacionais podiam imaginar qualquer coisa, ainda que com menos qualidades iluminantes, para substituir o consagrado “internacional” da iluminação pública.

Os recipientes de papéis inúteis tomaram aspecto decorativo e civilizado, mas alguns candeeiros da Baixam continuam a ostentar cestinhos de arame donde pendem espargos em dia de festa – reminiscência das provincianas colunas de sala para suporte de begónias e que não alcançam o objectivo louvável de florir a Cidade.

Se as árvores, elementos da Rua, dão sombra e vivificam o ar, podiam talvez evitar as árvores que descem as escadinhas da Lapa e do Duque, num desejo louvável de amparar com sombras e de reduzir distâncias ao pobre transeunte que as sobe à torreira do sol. Outras, impedem os moradores de certos prédios de chegar à janela, afrontada pelos galhos das acácias ou dos jacarandás que por elas investem.

É boa prática, de obrigar, no Centro da Cidade, a fazer tapumes cuidados – belo pretexto para a aposição disciplinada de cartazes, saídos hoje de várias agências que têm ao serviço artistas especializados de valor. Seria de desejar que se reservassem locais especiais

para a afixação de cartazes, à semelhança do que se faz nas estações de caminhos de ferro ingleses, por exemplo, e – porque não o exemplo nacional? – nos abrigos de passageiros de quase toda a linha do Estoril.

As “tabelas” onde se regista o “Património do Estado” continuam a obedecer a critérios vários e por vezes maus, ou por insinuação demasiada, ou por má *instalação* dos dizeres dentro de um rectângulo onde deveria inscrever-se apenas uma das três palavras da legenda.

As esquadras da Polícia continuam a marcar posição pela colocação, sobre a porta da entrada, de uma espécie de cestinho de ferro envidraçado e iluminado, durante a noite, que poderia ter, simultaneamente, a função daqueles que enfeitam os candeeiros da Rua Áurea. É certo que dificilmente se poderia marcar, com dignidade, a posição dessas autoridades, geralmente instaladas em edifícios de aspecto abaixo do modesto.

O calcetamento a vidro e basalto dos passeios é também uma fórmula lisboeta que convém conservar, substituindo os velhos padrões, é claro, por outros ao sabor da época e da fantasia do decorador.

Uma outra nota de grande valorização da fisionomia das ruas – e portanto da da Cidade – são as montras dos estabelecimentos. Não querendo citar esta ou aquela firma comercial que em Lisboa ganharam já direito à nossa admiração mas o facto é que há manifesto progresso neste campo. É de desejar que o exemplo seja seguido, não só o de fazer de uma montra um “pequeno teatro” de bom gosto da Rua como o de manter artistas especializados afectos à sua composição.

Só um rebuscar metódico nos permitiria organizar a lista de todos esses *elementos da Rua* – onde as tabuletas comerciais e outras desempenham um papel tão importante – elementos que, repetimos, são notas sintomáticas do nível do bom gosto cidadão e por essa razão devem merecer cuidados especiais quanto à sua selecção e localização, não parecendo de aceitar que para eles se estabeleçam fórmulas rígidas, nem se criem outras de que se poderia tirar grande partido, como os frescos com que certos estabelecimentos da Europa Central fazem o seu reclamo e decoram as fachadas, e que, não sendo tradição entre nós, poderiam ser utilizados como elementos de valorização fisionómica da Cidade.

13 – As luzes da Cidade

A Cidade de dia – a Cidade à noite... O sol põe-se e Lisboa fica às escuras!... Valem-lhe as “luminárias” das esplanadas, os nèons de reclames luminosos... O resto é luz de “veilleuse” que convida antecipadamente ao repouso.

A luz fluorescente, inaugurada recentemente nas esplanadas e montras das lojas de Lisboa – como nos cafés do Entroncamento e Trafaria! – vem resolver o problema de mais luz por menos dinheiro, embora esteja ainda longe de satisfazer exigências, pela limitação dos recursos que oferece. O problema económico antepõe-se sempre à aspiração lógica de – sem procurar fazer concorrência à luz do sol – dar às cidades, de noite, a mesma aparência diurna. Sonhos que veremos realizados um dia...

Lisboa, à noite, enche-se de vãos tenebrosos, de buracos escuros de que os jardins públicos, são o mais desconsolador exemplo. O seu ar feliz e saudável durante o dia, contrasta de maneira flagrante com o aspecto de cemitério que lhes dão as noites, mesmo as de luar.

Esperam-se os dias de festa para que alguns monumentos e ruas nos apareçam vestidos de luz e chega-se a desejar que a festa não acabe para que a Cidade, à noite, se não mostre triste e apreensiva, espalhando círculos distantes de claridade, para não ficar de todos às escuras.

Não podemos, evidentemente, propor que em Lisboa se faça o que não se faz em outras capitais, mas podemos – numa antecipação que o não é de invenção mas de fé num sistema de iluminação que custe o que custa a luz do Sol – imaginar o que virão a ser lagos e copas banhadas de claridade “simili” diurnas, de cores e intensidades reguláveis ao sabor da fantasia...

Queremos falar de reclamos luminosos mas temos medo. Fazemos involuntariamente o gesto do braço que se dobra e do cotovelo que se levanta protegendo a cara, e ouvimos já um murmúrio de protestos análogos àquele que precede, dos bastidores, a entrada da *gente do povo* no palco... A verdade é que tudo quanto nos possa acontecer é nada ao pé do prazer de emitir uma opinião que talvez tenha alguns adeptos e é bastante sincera. Depois, não temos sociedade em qualquer casa da especialidade, nem procuração...

De dia, o reclamo luminoso é um amontoado de sucata de ferro que toma de assalto os cimos dos prédios, lançando uma perna para aqui, um braço para acolá, num afã de se agarrar de qualquer maneira, pronto a exhibir, durante a noite, a cascata de águas de tal ou fazer girar os carrinhos de linha da máquina de costura marca X; de noite é uma “bofetada sem mão”, uma intromissão um pouco desairosa – porque leva “água no bico” – no papel daqueles a quem cabe iluminar a Cidade.

A sua aparência durante o dia tem qualquer coisa de provisório e de indisciplinado, de irreverente e mal educado; durante a noite é uma contribuição de luz onde ela falta, uma nota de alegria e animação que não precisa de apologias à “Orfeu” nem evocações da “idade da máquina”. Perdõe-se-lhe o mal que pode fazer à estética geral, pelo bem que dele resulta para a iluminação pública, ressaltando o seu fraco poder iluminante.

A Cidade – triste e soturna durante a noite – responde à pergunta: – “Que tens?” Através do reclamo luminoso e ao ritmo dos combinadores: – “Sinto-me feliz”... “sinto-me feliz”... “sinto-me feliz”... A verdade é que nos chegamos a esquecer da fealdade dos andaimes de ferro e dos artifícios dos seus movimentos luminosos, que a luz do dia revela, talvez por força do hábito de esquecer o que se passa nas altas regiões da Cidade e tolerar... o que se tolera em toda a parte do mundo!...

Chegámos a lastimar – durante as noites da Festa da Cidade – que uma vaga desses reclamos não tivesse invadido a Avenida, contribuindo com o seu piscar de olhos e o seu “jará” luminoso para dar ar festivo e auxiliando aquilo que se fez em matéria de iluminação e que, se não foi melhor, foi porque os orçamentos são limitados e às vezes exíguos.

Os problemas relativos à “renovação da fisionomia da Cidade” estão longe de ter sido esgotados na generalidade, quanto mais na especialidade. Outros virão – que vêm sempre – e farão destas breves e desvaliosas considerações tábuca rasa ou ponto de partida para a crítica mais bem estruturada e ordenada e mais proveitosa para a Cidade.

Os Artistas nascem todos os dias, como os Educadores, e a Polícia os acompanhará sempre e infelizmente para impor o cumprimento das posturas Municipais e outras – criadas no sentido de se não “desfigurar” Lisboa – àqueles em que a sensibilidade se não modifique e de quem a educação não colha frutos.

E se das receosas críticas feitas se infere que colocámos Lisboa em nível baixo, é mau entendimento: Ela continua a ser para nós a melhor e mais bela cidade do Mundo, talvez porque nela nascemos e a estimamos, porque os seus defeitos nos parecem qualidades ou porque realmente alguns desses defeitos sejam qualidades, vistos ou não à luz do nosso “lisboetismo”.

CONCLUSÕES

1 – A renovação da “*Fisionomia da Cidade*” – considerada esta expressão no seu aspecto mais amplo – impõe essencialmente a intervenção de *Artistas* – urbanistas, arquitectos, escultores, pintores, etc. – e, paralelamente, a educação e o culto do *Bom-Gosto e do Civismo*.

2 – Nas novas realizações urbanísticas e arquitectónicas – e em todas as outras de carácter artístico – não devem ser contrariadas as *inovações* criteriosamente fundamentadas e sinceramente sentidas, antes pelo contrário estimuladas, senão até provocadas, para que emprestem à Cidade a sua feição progressiva.

3 – Os *ambientes de carácter histórico, artístico ou pitoresco*, devem ser, em princípio, respeitados – promovendo-se o seu saneamento, remodelação, quando necessária, e a reeducação dos que neles vivem – mas não pode deixar de ser encarada a sua demolição parcial ou total quando, esgotados todos os recursos, não seja possível encontrar outra solução senão essa para um problema citadino de ordem altamente vital.

4 – Todas as obras novas ou de renovação constituem elementos modificadores da fisionomia da Cidade e, como tal, não devem ser julgadas apenas em valor absoluto mas também no valor relativo da sua perfeita integração no conjunto.

5 – É indispensável procurar que se compreenda de vez o erro sistematizado de colocar as divisões principais de um prédio de habitação do lado da rua, deixando para as *fachadas posteriores* – tantas vezes mais bem expostas e gozando de melhor vista – escadas de salvação, cozinhas e outras divisões secundárias que nem sempre oferecem aspecto de natureza a contribuir para a beleza do panorama citadino.

6 – Impõe-se o *saneamento dos interiores de certos quarteirões*, tanto para o bem da saúde pública como para benefício da fisionomia da Cidade – de cujos pontos altos são visíveis.

7 – Embora, de uma maneira geral, se possa considerar vantajosa a fixação de uma *bitola de altura* para os prédios de uma mesma rua, é de aconselhar que se fuja eventualmente à rigidez dessa regra, criando-se acidentes que – quando bem integrados na

composição arquitectónica do todo – quebram a monotonia das ruas extensas e de alinhamento recto.

8 – A *expressão arquitectónica* dos edifícios a construir, sobretudo nas zonas livres da Cidade, não pode ser fruto de qualquer postura ou regulamento municipal, nem deve ser julgada senão por crítica idónea, entendendo-se que cabe aos arquitectos reflectirem profundamente sobre o que pode não ser senão “fórmula” passageira, sem prejuízo, contudo, da sua natural tendência evolutiva.

9 – Se à luz de uma tradição não isenta de pitoresco – e até porque os próprios estrangeiros a consideram factor de interesse turístico – convém continuar a *pintar com cores diferentes as fachadas* dos prédios de certas zonas da Cidade – é indispensável não perder de vista: que nem sempre as cores nem os processos de pintura são os tradicionais; que nem sempre a expressão arquitectónica de certas fachadas permite o emprego de cores; que é necessário um artista especializado para que a cor por ele escolhida não faça perder “escala” ao conjunto e, finalmente, que qualquer orientação neste sentido não pode ser de natureza simplesmente verbal.

10 – Todos os *elementos acessórios da rua*, de carácter permanente, – candeeiros de iluminação pública, taboletas comerciais e profissionais, letreiros indicadores, marcos fontenários e outros – devem ser planeados e revistos cuidadosamente por artistas especializados por constituírem factores importante (sic) na fisionomia da Cidade e índices valiosos do seu grau de civilização.

11 – Não deve ser permitida a afixação indisciplinada de cartazes – muito menos nos locais onde essa afixação é proibida – devendo criar-se espaços e dispositivos especiais destinados a esse fim.

12 – Seria de desejar que os orçamentos camarários permitissem uma larga *iluminação artificial* da Cidade, especialmente de certos vãos negros de que são exemplo os jardins públicos, que, durante a noite, apresentam o mais impressionante contraste com a aparência diurna.

13 – Não sendo possível generalizar o respeito pelas posturas municipais que condenam tudo o que “desfigura” a Cidade, é de esperar que orçamentos futuros venham a tornar possível a existência de uma polícia numerosa e compreensiva que imponha o cumprimento das mesmas.

ⁱ Na data em que esta tese foi apresentada já o autor tinha conhecimento de uma tese de um seu colega que deveria ser apresentada ao futuro 1º Congresso Nacional de Arquitectura